



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

## **PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO**

### **1 – APRESENTAÇÃO**

O Controle Interno e Auditoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em atenção às determinações legais, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, em cumprimento a Instrução Normativa TC/MS Nº 88, de 15 de outubro de 2018, relativas às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2018, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

### **2 – INTRODUÇÃO**

No exercício de sua competência, o Controle Interno e Auditoria procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da Unidade Gestora FUNJECC.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno, comumente aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e os demais sistemas normativos complementares. Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

As demonstrações apresentadas na Prestação de Contas refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento da Unidade Gestora FUNJECC, para o exercício de 2018, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

### 3 – DO ORÇAMENTO

Aprovado pela Lei Estadual nº 5.152 de 27 de dezembro de 2017, publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 9.562 de 28 de dezembro de 2017, foi elaborado em conformidade com o disposto no § 4º, dos artigos 160 e 161, *caput*, da Constituição Estadual, observando os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, Lei Estadual nº 5.026, de 20 de julho de 2017, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

Na Lei de Orçamento, a receita total foi estimada no mesmo valor da despesa total, por unidade orçamentária, fonte de recursos, categoria econômica e por grupo de despesa como se segue:

Em reais

<b>FUNJECC</b>	<b>TESOURO</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>138.805.300,00</b>	<b>138.805.300,00</b>
Outras Despesas Correntes	-	138.805.300,00	138.805.300,00
<b>Despesas de Capital</b>	-	<b>11.194.700,00</b>	<b>11.194.700,00</b>
Investimentos	-	11.194.700,00	11.194.700,00
<b>Total por Fonte de Recursos</b>	-	<b>150.000.000,00</b>	<b>150.000.000,00</b>

FONTE: Lei 5.152, de 27/12/17.

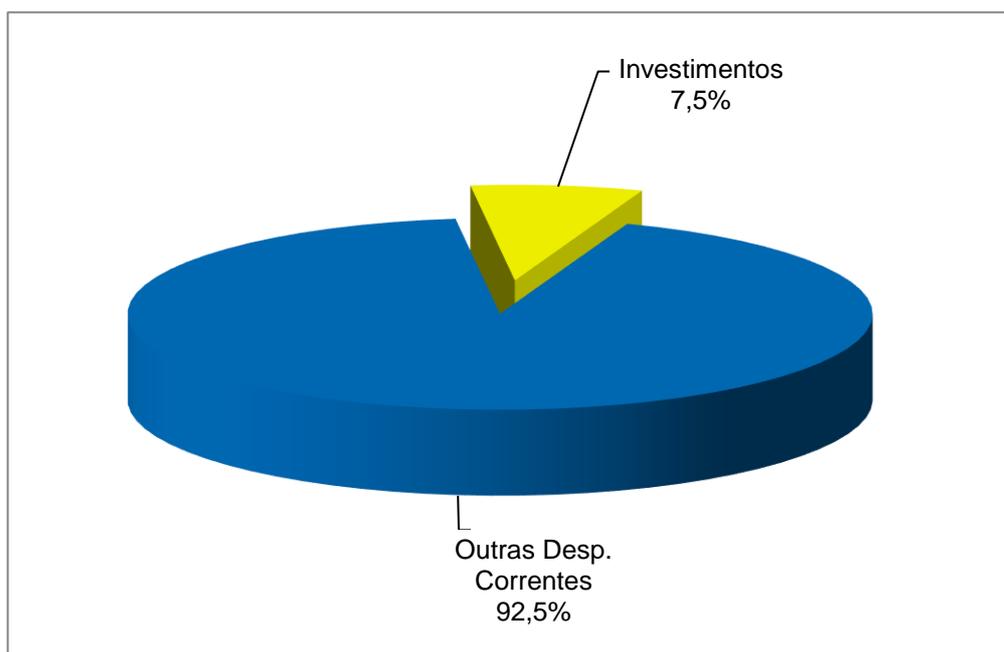


**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

3.1 – A Lei Orçamentária fixou a despesa por grupo conforme dados a seguir:

<b>Grupo</b>	<b>Fonte do Tesouro</b>	<b>Outras Fontes</b>	<b>Total</b>
Outras Despesas Correntes	-	138.805.300,00	138.805.300,00
Investimentos	-	11.194.700,00	11.194.700,00
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>150.000.000,00</b>

**Participação das Despesas por Grupo de Despesa**



## 4 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 4.1 – Da Receita

A Unidade Gestora FUNJECC é um Fundo criado pela Lei nº. 1.071/1990 com arrecadação própria cujas fontes de recursos constituem-se por Emolumentos e Custas Judiciais e Emolumentos e Custas Extrajudiciais.

A Receita Orçamentária, com previsão inicial de R\$ 150.000.000,00 milhões, foi para R\$163.000.000,00 milhões devido a reestimativa da receita, sendo assim atualizada a previsão inicial da receita e aberto créditos adicionais mediante o excesso de arrecadação apurado no exercício, conforme § 3º do art. 40 da Lei 4.320/64.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

Categoria Econômica	Previsão	Previsão Atualizada	Realizada	Variação	Particip.
<b>Receita Orçamentária</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>163.000.000,00</b>	<b>166.553.665,28</b>	<b>2,18%</b>	<b>100%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>163.000.000,00</b>	<b>166.184.758,35</b>	<b>1,95%</b>	<b>99,78%</b>
Tributaria	93.000.000,00	103.000.000,00	102.462.349,03	-0,52%	61,52%
Patrimonial	47.300.000,00	48.300.000,00	48.046.175,82	-0,53%	28,85%
De Serviços	9.700.000,00	11.700.000,00	15.123.101,67	29,26%	9,08%
Outras Receitas Correntes			553.131,83	100%	0,33%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>368.906,93</b>	<b>100%</b>	<b>0,22%</b>
Alienação de Bens	-	-	368.906,93	100%	0,22%
<b>Déficit</b>			<b>5.179.589,59</b>		
<b>Superávit</b>		<b>21.994.015,00</b>			
<b>Soma</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>184.994.015,00</b>	<b>171.733.254,87</b>		

Da análise do quadro acima, a receita orçamentária tem na sua composição a Receita Corrente como expressão máxima, por estar nela inserida a maior arrecadação do Fundo, a Receita Tributária.

Dentre as categorias econômicas da receita, a Receita Tributária totalizou R\$ 102.462.349,03 milhões, participando com um percentual de aproximadamente 62% do total arrecadado.

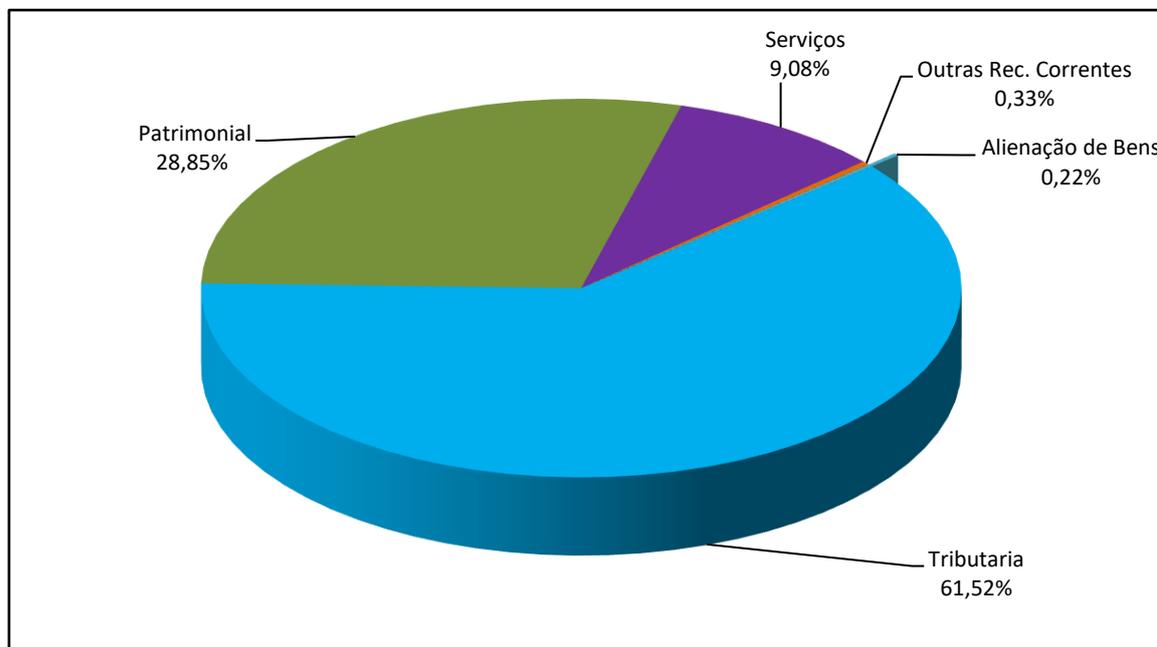
No exercício de 2018 a unidade Gestora obteve receitas de capital originadas da alienação de bens móveis realizada através de leilão.

Cabe destacar que o excesso de arrecadação do exercício foi de R\$16.553.665,28 milhões, sendo utilizado para abertura de crédito adicional o valor R\$13.000.000,00 milhões, restando assim o saldo de R\$3.553.662,28 milhões.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

**Participação da Receita Realizada**



#### 4.2 – DA DESPESA

A despesa realizada, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2018 e de seus créditos adicionais, atingiu o valor de R\$ 171.733.254,87 milhões correspondendo aproximadamente 93% da despesa autorizada, que foi de R\$ 184.994.015,00 milhões. Deste modo, o montante de R\$ 13.260.760,13 milhões não foi utilizado para a execução da despesa.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupo de despesas estão demonstradas a seguir:

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial+Adicionais)	Realizada (Empenhado)	Em reais
				Realização
<b>Despesas Correntes</b>	<b>138.805.300,00</b>	<b>169.934.100,00</b>	<b>160.813.306,38</b>	<b>94,63%</b>
Outras Desp. Correntes	138.805.300,00	169.934.100,00	160.813.306,38	94,63%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>11.194.700,00</b>	<b>15.059.915,00</b>	<b>10.919.948,49</b>	<b>72,51%</b>
Investimentos	11.194.700,00	15.059.915,00	10.919.948,49	72,51%
<b>Total</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>184.994.015,00</b>	<b>171.733.254,87</b>	<b>92,83%</b>
<b>Economia Orçamentária</b>			<b>13.260.760,13</b>	

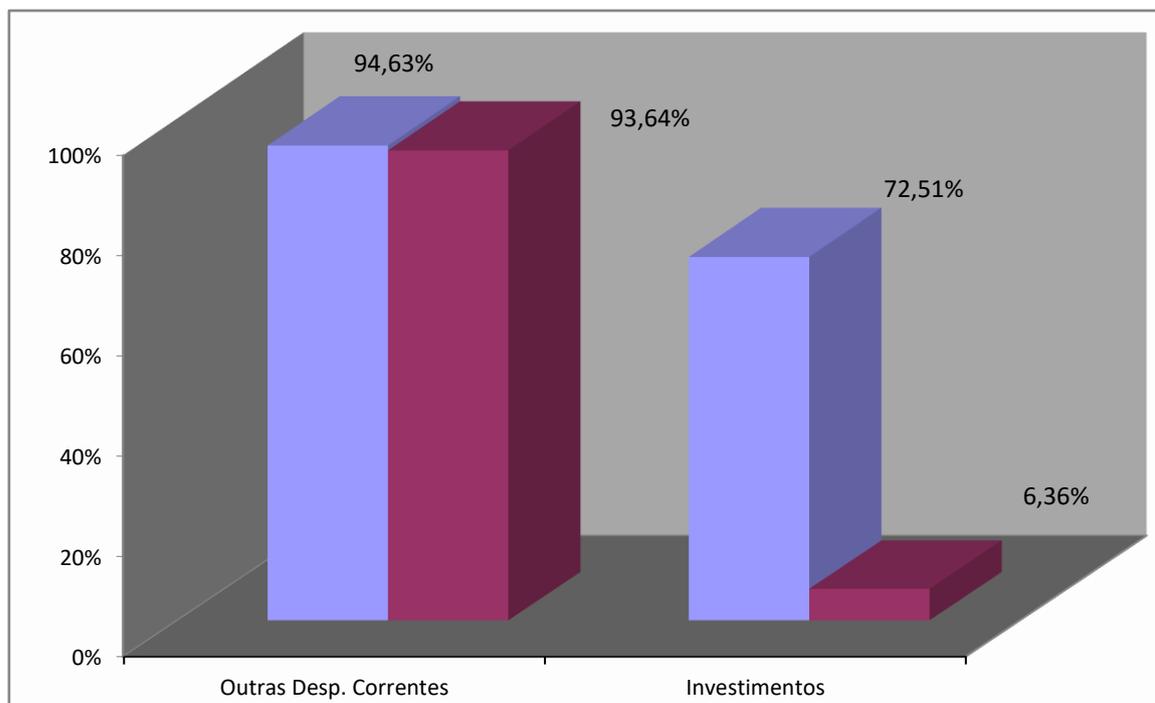


**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

#### 4.2.2 - Participação da Despesa Orçamentária por Grupo de Despesa

■ Em relação ao Orçamento no grupo

■ Em relação ao total realizado



## 5 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

### 5.1 - Evolução da Despesa Autorizada

DESPESAS	VALOR
Previsão Inicial	150.000.000,00
Créditos Suplementares	39.300.042,00
Cancelamento de Dotações	(4.306.027,00)
<b>TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA</b>	<b>184.994.015,00</b>

### 5.2 - Utilização dos Créditos Suplementares

No exercício de 2018, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor R\$39.300.042,00 milhões, tendo como origem de recursos o superávit financeiro do



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

exercício anterior, o excesso da arrecadação e a anulação de dotação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

Em reais				
<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Superávit Financeiro Inciso I</b>	<b>Excesso de Arrecadação Inciso II</b>	<b>Anulação de Dotação Inciso III</b>	<b>Total</b>
Outras Desp. Correntes	18.128.800,00	13.000.000,00	3.764.227,00	34.893.027,00
Investimentos	3.865.215,00	-	541.800,00	4.407.015,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.994.015,00</b>	<b>13.000.000,00</b>	<b>4.306.027,00</b>	<b>39.300.042,00</b>

Fonte: Demonstrativo de Abertura de Créditos Adicionais – SPF

## 6 - DOS BALANÇOS ANUAIS

### 6.1 - Balanço Orçamentário

Definido no artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei nº 5.152/2017, Lei Orçamentária Anual 2018, previu as receitas e autorizou as despesas de forma igualitária em R\$150.000.000,00 milhões.

A receita orçamentária por ser prevista, pode ser arrecadada a maior ou menor. No exercício de 2018 na unidade Gestora FUNJECC obteve excesso na arrecadação.

A despesa orçamentária só pode ser realizada até o valor autorizado, somente poderá ser emitido empenhos até o valor dos créditos orçamentários disponíveis, sendo que no ano de 2018 ocorreu uma economia na execução da despesa no valor R\$13.260.760,13 milhões.

O resultado orçamentário do exercício foi um déficit no valor R\$5.179.589,59 milhões, decorrente do confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

### 6.1.1 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

No exercício de 2018, a UG FUNJECC pagou R\$13.165.828,57 milhões e cancelou R\$5.452.850,43 milhões do seu estoque de Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício anterior.

Em reais

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	31/12 do Exercício Anterior			
Despesas Correntes	-	13.437.101,99	9.556.705,95	3.880.396,04	-
Despesas de Capital	-	5.181.577,01	3.609.122,62	1.572.454,39	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>18.618.679,00</b>	<b>13.165.828,57</b>	<b>5.452.850,43</b>	<b>-</b>

Fonte: Anexo 12 – Quadro da Execução dos Restos a Pagar – SPF

### 6.1.2 – Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

No ano de 2018, a UG FUNJECC pagou R\$2.420.486,61 milhões e cancelou R\$440,00 (quatrocentos e quarenta reais) do estoque de Restos a pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados.

Em reais

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	31/12 do Exercício Anterior			
Despesas Correntes	-	2.231.776,61	2.231.336,61	440,00	-
Despesas de Capital	-	189.150,00	189.150,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>2.420.926,61</b>	<b>2.420.486,61</b>	<b>440,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Anexo 12 – Quadro da Execução dos Restos a Pagar – SPF

## 6.2 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, juntamente com os



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei 4.320/64, apresentado conforme anexo 13.

Em reais		
Especificação	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>166.553.665,28</b>	<b>171.733.254,87</b>
- Vinculada	166.553.665,28	171.733.254,87
<b>EXTRA ORÇAMENTARIA</b>	<b>257.666.337,56</b>	<b>253.194.899,97</b>
- Restos a Pagar Não Processados	15.388.193,20	13.165.828,57
- Restos a Pagar Processados	3.368.869,28	2.420.486,61
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.744.121,23	11.443.430,94
- Outros	226.165.153,85	226.165.153,85
<b>DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>49.609.504,38</b>	-
<b>DISPONIBILIDADE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	-	<b>48.901.352,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>473.829.507,22</b>	<b>473.829.507,22</b>

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro – SPF

As receitas e despesas orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A receita extraorçamentária representa os valores recebidos pela UG FUNJECC que, a princípio, não lhe pertence, sendo repassado para quem de direito, caracterizando como despesa extra-orçamentária.

A unidade Gestora em 2018 pagou menos restos a pagar do exercício anterior do que os inscritos no ano, ressalta-se também, que a mesma reduziu o valor de restos a pagar inscritos no exercício de 2018 em comparação com o ano de 2017.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2018 foi de R\$49.609.504,38 milhões, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$48.901.352,38 milhões, sendo que, R\$7.847.162,26 milhões estão comprometidos com valores restituíveis, restando, pois, R\$41.054.190,12 milhões para pagamento dos restos a pagar. Observa-se a suficiência de disponibilidade financeira perante a dívida flutuante

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi deficitário em R\$708.152,00 mil que corresponde à variação das disponibilidades no início e no final do ano.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

### 6.3 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é exigido pela Lei nº 4.320/64, também é objeto de outras normas contábeis, nacionais e internacionais, além das NCASP.

É através dessa demonstração contábil a identificação da posição patrimonial da entidade em um determinado momento (situação estática).

Em reais

ATIVO	Valor	PASSIVO	Valor
<b>CIRCULANTE</b>	<b>49.168.892,94</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>12.227.883,27</b>
Caixa e Equivalentes de Cx	48.901.352,38	Obrig.Trab.Prev. e Assist. a Pagar	208.818,70
Créditos a Curto Prazo	140.870,77	Fornecedores e Ctas a Pagar	2.277.113,21
VPD Pagas	126.669,79	Demais Obrigações a Curto Prazo	9.741.951,36
Antecipadamente			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>23.948.268,25</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>60.889.227,92</b>
Realizável a Longo Prazo	23.948.268,25	Resultados Acumulados	60.889.227,92
<b>TOTAL</b>	<b>73.117.161,19</b>	<b>TOTAL</b>	<b>73.117.161,19</b>

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – SPF

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O valor R\$48.901.352,38 milhões compreende os saldos em conta corrente e aplicações conciliados conforme se verifica em conciliação bancária e nos extratos bancários.

Os créditos a curto prazo no valor R\$140.870,77 mil correspondem aos adiantamentos de diárias e suprimento de fundos que estão pendentes de prestação de contas, todavia, as referidas prestações encontram-se em conformidade com o período da prestação de contas.

O ativo não circulante valor R\$23.948.268,25 milhões refere-se ao estoque da dívida ativa, conforme Ofício n. 5/PCDA/PGE.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo no exercício de 2018 totalizaram o valor R\$208.818,70 mil, apresentando um aumento de aproximadamente 46% em relação ao exercício anterior.

O saldo da conta Fornecedores teve um acréscimo de aproximadamente 44% em comparação ao ano de 2017.

O valor das Demais Obrigações a Curto Prazo é composto por indenizações e restituições, diárias, consignações e depósitos não judiciais. O saldo registrado nas



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

Demais Obrigações de Curto Prazo no exercício de 2018 teve uma redução de aproximadamente 8% em confronto com exercício de 2017.

**6.3.1 - Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES</b>		<b>Valor</b>
<b>ATIVO (I)</b>		<b>73.117.161,19</b>
Financeiro		48.901.352,38
Permanente		24.215.808,81
<b>PASSIVO (II)</b>		<b>27.616.076,47</b>
Financeiro		26.604.224,74
Permanente		1.011.851,73
<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>		<b>45.501.084,72</b>

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – SPF

Com base no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018, verifica-se que o Ativo Financeiro perfaz um total de R\$ 48.901.352,38 milhões enquanto o Passivo Financeiro possui valor de R\$ 26.604.224,74 milhões. Dessa forma, o Superávit Financeiro apurado no exercício é de R\$ 22.297.127,64 milhões, que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Evidencia-se um acréscimo do superávit financeiro no ano de 2018 em relação ao exercício de 2017 no valor R\$273.700,84 mil.

**6.3.2 - Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação**

<b>QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>		<b>Valor</b>
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>-</b>
Garantias e contra garantias recebidas		-
Direitos e outros instrumentos congêneres		-
Outros atos potenciais ativos		-
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>38.602.371,44</b>
Garantias e contra garantias concedidas		-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		-
Obrigações contratuais		38.602.371,44
Outros atos potenciais passivos		-

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação – SPF

A estrutura do Balanço Patrimonial pela Lei 4.320/64 estabelece que a demonstração também evidenciará as contas de compensação. São as contas



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

representativas dos atos potenciais ativos e passivos que possam vir a afetar o patrimônio.

Destaca-se que a UG FUNJECC iniciou no exercício de 2018 o registro das obrigações contratuais nas contas de controle.

### 6.3.3 - Patrimônio Líquido

Especificação	Em reais
	Valor
<b>Saldo de Exercícios Anteriores</b>	<b>53.196.091,58</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	(23.725.763,62)
Resultado do Exercício	31.418.949,96
<b>SALDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/2018</b>	<b>60.889.277,92</b>

Fonte: Balancete de Verificação – SPF

No exercício de 2018 houve acréscimo de aproximadamente 14% no saldo patrimonial em relação ao exercício anterior, tendo como principais contribuintes os ajustes de exercícios anteriores e o resultado patrimonial.

A movimentação da conta Ajustes de Exercícios Anteriores está detalhada na nota explicativa, em consonância às disposições do MCASP e demais normas legais aplicáveis.

### 6.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)		R\$	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		R\$
Impostos Tx. e Contrib.de Melhoria	101.543.574,51		Pessoal e Encargos		1.978.132,76
Expl.Vendas de Bens,Serv.e Direitos	60.736.563,21		Uso Bens,Serv.Cons.Cap.Fixo		99.449.729,46
Variações Financeiras	5.832.758,01		Variações Financeiras		6.631.817,56
Transferências e Delegações Recebidas	368.906,93		Transf. e Delegações Conced.		16.963.353,80
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	440,00		Desvalorização Perda de Ativos e Incorp. de Passivos		150.754,58
			Tributárias		1.446.220,46
Outras variações	6.445.779,66		Outras Variações		16.889.063,74
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>31.418.949,96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>174.928.022,32</b>		<b>TOTAL</b>		<b>174.928.022,32</b>



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais – SPF

O Resultado Patrimonial do exercício de 2018, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$174.928.022,32 milhões, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas que foram R\$143.509.072,36 milhões, perfaz um resultado patrimonial positivo no montante R\$31.418.949,96 milhões.

### 6.5 - Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa pelo método direto, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Em reais	
FLUXOS DE CAIXA	Valor
<b>Atividades Operacionais</b>	
Ingressos	405.094.033,43
Desembolsos	394.794.327,82
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	10.299.705,61
<b>Atividades de Investimento</b>	
Ingressos	368.906,93
Desembolsos	11.376.764,54
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(11.007.857,61)
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(708.152,00)</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	49.609.504,38
Caixa e Equivalente de caixa final	48.901.352,38

Fonte: Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – SPF

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais gerou um saldo positivo, todavia, o saldo foi aplicado nas atividades de investimentos.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos gerou saldo negativo em R\$11.007.857,61 milhões, decorrente das aquisições de bens permanentes e obras, indicando que a entidade investiu, aumentando o seu patrimônio.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

A geração líquida de caixa foi negativa em R\$708.152,00 mil. O déficit indica que os ingressos não foram suficientes para arcar com os desembolsos no exercício e foi utilizado superávits de exercícios anteriores.

### 6.6 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo e que ficaram pendentes ao final de cada exercício. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é por Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.

Em reais	
HISTÓRICO	Valor
Restos a Pagar Processados	3.368.869,28
Restos a Pagar Não Processados	15.388.193,20
Depósitos/Consignações	7.847.162,26
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>26.604.224,74</b>

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – SPF

Os valores consignados no Anexo 17, abrangem os compromissos exigíveis, cujos pagamentos não dependem de autorização orçamentária, uma vez que, devidamente liquidados, perfazem o valor da dívida reconhecida e evidenciada.

Pela análise, constata-se disponibilidade financeira, na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, apurada em 31/12/2018, no montante de R\$ 48.901.352,38 milhões, suficiente para cobrir o saldo da Dívida Flutuante.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

## 7- ANÁLISE POR INDICADORES

Análise do Balanço Orçamentário					
Indicador	Metodologia	2018		Interpretação	Análise
<b>Quociente de Desempenho da Arrecadação</b>	Receita Realizada ÷ Previsão Inicial	166.553.665,28 ÷ 150.000.000,00	1,110	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.	A unidade Gestora FUNJECC arrecadou R\$16.553.665,28 a mais do que a previsão inicial no orçamento, gerando um excesso de arrecadação no exercício, sendo parte do excesso utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.
				igual a 1 Arrecadação prevista igual à realizada.	
				> 1 Arrecadação maior do que a planejada.	
				< 1 Arrecadação menor que a planejada.	
				Conclusão: quanto maior que 1, melhor.	
<b>Quociente de Execução da Receita</b>	Receita Realizada ÷ Receita Prevista Atualizada	166.553.665,28 ÷ 163.000.000,00	1,022	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou insuficiência na arrecadação.	A unidade Gestora FUNJECC reestimou a receita prevista no orçamento em R\$13.000.000,00 milhões, sendo concretizado um excesso superior a estimativa. A análise considerou os créditos adicionais abertos com a fonte de recursos do excesso da arrecadação na receita prevista atualizada.
				= 1 A receita executada é igual à prevista.	
				> 1 A diferença representa excesso de arrecadação.	
				< 1 Há uma insuficiência de arrecadação.	
				Conclusão: quanto maior que 1, melhor.	
<b>Quociente de Execução da Despesa</b>	Despesa Empenhada ÷	171.733.254,87 ÷ 184.994.015,00	0,928	Avalia a eficácia do orçamento no tocante ao desempenho da despesa.	A unidade Gestora FUNJECC apresentou economia na realização de
				= 1 Há equilíbrio da execução da despesa.	



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

	Dotação Atualizada			<p>&gt; 1 Foi utilizada dotação sem autorização legal.</p> <p>&lt; 1 Há economia orçamentária.</p> <p>Conclusão: quanto menor que 1, melhor.</p>	despesas, ou seja, utilizou menos recursos do que foi autorizado no orçamento.
<b>Quociente do Resultado Orçamentário</b>	Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada	$166.553.665,28$ ÷ $171.733.254,87$	0,970	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário.</p> <p>= 1 Há equilíbrio do resultado orçamentário.</p> <p>&gt; 1 Há superávit orçamentário na execução.</p> <p>&lt; 1 Há déficit orçamentário na execução.</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>	A unidade Gestora FUNJECC apresentou um déficit orçamentário. Ainda há fonte de recursos do superávit financeiro referente ao exercício anterior em valores superiores ao déficit orçamentário do exercício.
<b>Quociente do Equilíbrio Orçamentário</b>	Previsão Inicial da Receita ÷ Dotação Inicial da Despesa	$150.000.000,00$ ÷ $150.000.000,00$	1,000	<p>Indica se há equilíbrio entre a previsão e a fixação na LOA.</p> <p>= 1 Há equilíbrio entre previsão inicial da receita e fixação inicial da despesa.</p> <p>&gt; 1 Indica desequilíbrio da previsão das receitas.</p> <p>&lt; 1 Mostra desequilíbrio em favor da fixação das despesas.</p>	A unidade Gestora FUNJECC atendeu ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, a receita estimada e a despesa fixada em igual valor.
<b>Quociente da Execução Orçamentária Corrente</b>	Receitas Correntes Realizadas ÷ Despesas Correntes Empenhadas	$166.184.758,35$ ÷ $160.813.306,38$	1,033	<p>Indica se a receita corrente suportou a despesa corrente.</p> <p>= 1 Há equilíbrio da execução orçamentária corrente.</p> <p>&gt; 1 Há superávit orçamentário corrente.</p> <p>&lt; 1 Há déficit orçamentário corrente.</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>	As receitas correntes superaram as despesas correntes, gerando um resultado corrente superavitário.
<b>Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação</b>	Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação	$13.000.000,00$ ÷ $16.553.665,28$	0,785	<p>Indica a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.</p> <p>Se &gt; 1, crédito aberto maior do que o excesso de arrecadação</p>	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do excesso da arrecadação foi inferior ao



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

	÷ Total do Excesso de Arrecadação			Se < 1, crédito aberto menor do que o excesso de arrecadação	excesso do período analisado, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
				Se = 1, crédito aberto no limite do excesso de arrecadação	
<b>Quociente de Utilização do Superávit Financeiro</b>	Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro	21.994.015,00	0,999	Indica a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro foi inferior ao superávit financeiro do exercício anterior, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
	÷ Total do Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	22.023.426,80		= 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.	
				> 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro.	
				< 1 Crédito aberto menor que o superávit financeiro.	
<b>Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária</b>	Receita Realizada	166.553.665,28	1,089	Indica o quanto da receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.	No exercício de 2018 as receitas arrecadadas foram superiores a despesa paga
	÷ Despesa Paga	152.976.192,39		igual 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.	
				> 1 A arrecadação superou os pagamentos.	
				< 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	

### Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2018		Interpretação	Análise
<b>Quociente dos Recursos Ordinários</b>	Recursos Ordinários Arrecadados ÷ Recursos Ordinários Empenhados	166.553.665,28 ÷ 171.733.254,87	0,970	Indica a proporção dos recursos ordinários arrecadados no exercício, disponíveis para cobertura de empenhos.	Os recursos arrecadados no exercício de 2018 pela unidade gestora foi insuficiente perante as despesas realizadas no mesmo período, sendo suportado pela abertura de



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

					créditos adicionais.
<b>Quociente da Execução Extraorçamentária</b>	Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários	257.666.337,56 ÷ 253.194.899,97	1,018	Indica sob a forma de quociente o total dos recebimentos extraorçamentários na proporção do total dos pagamentos extraorçamentários.	No exercício de 2018 os ingressos extraorçamentários superaram os dispêndios.
<b>Quociente do Resultado dos saldos Financeiros</b>	Saldo que passa p o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	48.901.352,38 ÷ 49.609.504,38	0,986	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit do resultado financeiro.	A UG FUNJECC apresentou um resultado financeiro deficitário no valor R\$708.152,00, decorrente da atividade de investimento.
				igual a 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.	
				> 1 Há superávit do resultado financeiro.	
				< 1 Há déficit do resultado financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					

### Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	Metodologia	2018	Interpretação		Análise
<b>Situação Financeira</b>	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	48.901.352,38 ÷ 26.604.224,74	1,838	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.	A UG FUNJECC teve um superávit financeiro no ano analisado que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício de 2019.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação financeira.	
				> 1 Há superávit financeiro	
				< 1 Há déficit financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					
<b>Liquidez Imediata</b>	Caixa e Equivalentes de Caixa ÷ Passivo Circulante	48.901.352,38 ÷ 12.227.883,27	4,021	Indica a capacidade financeira de a entidade honrar de forma imediata suas dívidas de curto prazo.	A UG FUNJECC possui recursos em caixa e equivalentes de caixa para quitar todos os passivos de curto prazo.
				igual a 1 Há equilíbrio dos ativos de liquidação imediata com o passivo circulante	
				> 1 Indica sobra de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

				< 1 Indica a falta de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Liquidez Corrente</b>	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	49.168.892,94 ÷ 12.227.883,27	4,021	Indica a capacidade de a entidade pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos existentes no Ativo Circulante.	A UG FUNJECC apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo no ano analisado.
				igual a 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				> 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				< 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Composição do Endividamento</b>	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	12.227.883,27 ÷ 12.227.883,27	1,000	Indica a proporção das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total.	A UG FUNJECC apresenta a totalidade de sua dívida em curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício.
				igual a 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.	
				< 1 Indica quanto da dívida realizar-se á no próximo exercício financeiro.	
				Conclusão: quanto menor, melhor.	

**Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais**

Indicador	Metodologia	2018		Interpretação	Análise
<b>Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais</b>	Total das VPA's ÷ Total das VPD's	174.928.022,32 ÷ 143.509.072,36	1,219	Evidencia a relação entre o total das VPA e o total das VPD	Em 2018, a UG FUNJECC apresentou um superávit patrimonial, sendo as VPA maiores que as VPD.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação patrimonial.	
				> 1 Há superávit patrimonial no exercício.	
				< 1 Há déficit patrimonial no exercício.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Impostos, Taxas e</b>	Total Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	101.543.574,51 ÷ 174.928.022,32	0,580	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria representam 58% do total
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

<b>Contribuições de Melhoria nas VPA's</b>	÷ Total VPA's			>1 Indica inconsistência	das VPA's.
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos nas VPA's</b>	Total das VPA's da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ÷ Total das VPA's	60.736.563,21 ÷ 174.928.022,32	0,347	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de de Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos representam 34,70% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo nas VPD's</b>	Total de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo ÷ Total VPD's	99.449.729,46 ÷ 143.509.072,36	0,693	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo representam 69,30% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Transferências e Delegações Concedidas nas VPD's</b>	Total Transferências e Delegações Concedidas ÷ Total VPD's	16.963.353,80 ÷ 143.509.072,36	0,118	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD de Transferências Concedidas representam 11,80% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

**Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Indicador	Metodologia	2018		Interpretação	Análise
<b>Quociente dos Fluxos de Caixa Operacional</b>	Ingressos de Caixa de Operações ÷ Dispêndios de Caixa de Operações	405.094.033,43 ÷ 394.794.327,82	1,026	Indica a geração líquida de caixa oriunda das atividades operacionais.	Os ingressos operacionais superaram os desembolsos, contribuindo para geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. No ano de 2018 a sobra das atividades de operações foi aplicada em despesas da atividade de investimento.
<b>Quociente dos Fluxos de Caixa Investimento</b>	Ingressos de Caixa de Investimentos ÷ Dispêndios de Caixa de Investimentos	368.906,93 ÷ 11.376.764,54	0,032	Indica a geração líquida de caixa oriunda das atividades de investimentos.	Indica que a unidade Gestora investiu, aumentando seu patrimônio, tendo como fonte de recursos os ingressos decorrentes das atividades operacionais, de investimentos e saldo de caixa do exercício anterior.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

## **8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se que a UG FUNJECC utilizou aproximadamente 93% do orçamento autorizado, sendo que aproximadamente 87% foram absorvidos em outras despesas correntes com finalidade à prestação de serviços administrativo do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não mostram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer

Campo Grande, 26 de março de 2019.

**Heloise Rezende da Silva**  
**Técnica de Nível Superior – TJ/MS**  
 (assina digitalmente)

**Kele Cristina Leite de Melo**  
**Diretora Controle Interno – TJ/MS**  
 (assina digitalmente)